

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

**MARIA APARECIDA BERTHIER
JULIÊ LUMA RODRIGUES**

UMA PROVOCAÇÃO PARA COM O DISCURSO SEXISTA E A EDUCAÇÃO

**CASCADEL, PR
2020**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

**MARIA APARECIDA BERTHIER
JULIÊ LUMA RODRIGUES**

UMA PROVOCAÇÃO PARA COM O DISCURSO SEXISTA E A EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de Curso apresentado no Centro
Universitário Assis Gurgacz como requisito básico para
conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Marilena Lemes Marques Salvati

**CASCAVEL, PR
2020**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ - FAG

**MARIA APARECIDA BERTHIER
JULIÊ LUMA RODRIGUES**

UMA PROVOCAÇÃO PARA COM O DISCURSO SEXISTA E A EDUCAÇÃO

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, da Faculdade Assis Gurgacz / Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista: Marilena Lemes Marques Salvati.

BANCA EXAMINADORA

Marilena Lemes Marques Salvati
Centro Universitário Assis Gurgacz- FAG
Especialista

Jussara Chagas De Lima
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG

Jean Carlos Coelho
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG

Cascavel/PR., 18 de novembro de 2020.

RESUMO

O presente artigo tem como enfoque uma reflexão sobre o sexismo numa interface com o espaço educacional e os discursos na sociedade. A pesquisa, portanto, é baseada em uma abordagem historiográfica de luta das mulheres em prol de reconhecimento e, na atualidade, na consolidação de equidade de gênero, de acordo com autores como Alves e Pitanguy (1991), Engels (2006), Drumont (1980) e Viana (2013). No decurso, tratamos do machismo estrutural e sua ressonância no século XXI, a partir dos autores Viana (2013), Kehl (2008), Bourdieu (1999), e Beauvoir (1970). Por fim, demonstramos o papel dos docentes perante o sexismo na escola e também denotamos uma interlocução com as narrativas midiáticas sobre às questões de gênero bem como os papéis das mulheres na contemporaneidade, conforme os autores como Scott (1995) Soveral e Carbonari (2011), Moreno (1999), Adichie (2017), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Sexismo. Gênero. Escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A TRAJETÓRIA E LUTA DAS MULHERES EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO	4
3 EMPODERAMENTO: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES.....	6
4 A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER E A NATURALIZAÇÃO DO MACHISMO.....	7
5 GÊNERO E O ESPAÇO ESCOLAR: A DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SEXISTAS	11
6 DISCURSOS SEXISTAS ATRAVÉS DA MÍDIA	18
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está organizado em cinco principais interfaces. Inicialmente, apresentamos a historiografia sobre as mulheres e as suas lutas por direitos, com base em autores como Alves e Pitanguy (1991), Engels (2006), Drumont (1980) e Viana (2013). Posteriormente, abordamos sobre o empoderamento da mulher e a evolução dos seus direitos, bem como trazendo à luz, no decurso histórico, a legislação em amparo às mulheres. Na sequência, salientamos questões sobre o machismo estrutural, resultado sedimentado do processo civilizatório e da subordinação das mulheres nessas relações, para tanto, dialogamos com Viana (2013), Kehl (2008), Bourdieu (1999) e Beauvoir (1970).

Trazemos também a importância da desconstrução dos discursos sexistas, sobretudo como um papel fundamental da educação, ou seja, das Instituições Escolares como um coadjuvante no processo de formação de pessoas mais respeitadas, tolerantes nas relações de gênero, o que aliás denota uma das finalidades da educação, o de promover espaços de diálogos e ambiências que favoreçam a reflexão, mediadas sobretudo pelos docentes. Para essa discussão, baseamo-nos em autores como Scott (1995), Moreno (1999), Soveral e Carbonari (2011), Louro (1997), entre outros.

E, por fim, utilizamos fontes midiáticas como *Podcast*, cuja abordagem é demonstrar os diálogos de especialistas sobre o tema em interlocução mediada por jornalistas, bem como a ilustração de filmes das plataformas de *stream*, a exemplo da *Netflix*, a série “Bom dia, Verônica”, ainda que uma ficção, retrata a violência sobre as mulheres.

2 A TRAJETÓRIA E LUTA DAS MULHERES EM PROL DA EQUIDADE DE GÊNERO

O movimento feminista surgiu a partir das dificuldades e lutas das mulheres em oposição à aversão, inferiorização da mulher, subordinação e, principalmente, contra o sexismo. É constituído pela desconstrução da estrutura patriarcal e desigualdades históricas que foram estabelecidas ao longo dos anos entre homens e mulheres.

Segundo Alves e Pitanguy (1991),

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja o feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Com todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 7).

Esse movimento é caracterizado pela organização de mulheres que expressam vivências próprias. Os pontos de vista são frutos de práticas, conhecimento, experiências específicas e comuns na vida destas. Desde o surgimento do feminismo, foram realizadas diversas campanhas pelo bem comum do movimento, procurando o reconhecimento dos direitos das mulheres, tais como: direito de existir com dignidade; propriedade; direito à educação e ao ato do trabalho; direito de votar e também de ser eleita; direito para participar de espaços de poder e tomada de decisões; direito ao seu próprio corpo; viver livre de violências; e, principalmente, viver em igualdade de condições entre homens e mulheres.

Na obra “Origem da família” de Engels (2006), a opressão de gênero teria surgido por meio da ideia de propriedade privada e pela relação monogâmica. Na Idade da Pedra, apesar de homens e mulheres se constituírem em duas classes, o serviço doméstico, a fabricação de cerâmicas, tecelagem e a jardinagem, por exemplo, eram divididos de forma igualitária.

Com a descoberta de metais preciosos, viu-se a necessidade da intensificação do trabalho, com isso, o homem recorreu a esse serviço, reduzindo a escravidão. Porém, surgiram as propriedades privadas, nas quais, o senhor dos escravos e da terra, tornou-se também possuinte da mulher.

A primeira opressão da história foi o antagonismo entre a mulher e o homem a partir casamento. Segundo Engels (2006, p. 66), a regra da fidelidade conjugal era somente para a mulher, expressa no objetivo da monogamia, de “procriar filhos de uma paternidade incontestável”, porque esses filhos, futuramente, entrarão na posse da fortuna paterna, como herdeiros diretos. Diante disso, surgiu o acordo em que a mulher deveria ser do lar e em troca teria proteção. A família monogâmica veio com o modo de produção capitalista, uma forma exclusiva de inferiorização da mulher na sociedade. Na metade da Idade Média ocorreu uma perseguição com o corpo feminino, que era visto como fonte de pecado, levando em consideração a passagem bíblica de Gêneses, comparando a mulher com a figura de Eva, considerada a responsável pela “maldição” que aconteceu com Adão.

Nesse período, aconteceu a “caça às bruxas” e durou até o Renascimento, em que perseguiram feiticeiras para conquistar a posição de poder por parte do homem. A mulher, na época, julgada como bruxa, era aquela que possuía conhecimentos que lhe possibilitava ter poder de atuação em seu campo de trabalho, escapando do domínio do homem. Na metade do século XIX, as mulheres começaram a ser impor em relação à desigualdade sexual, ao acesso à educação e ao trabalho. A primeira mulher a articular uma defesa sobre o direito das mulheres, foi a escritora Francesa Christine de Pisan, que defendia a educação igualitária a todos.

Durante o século XVII, antecedente da Revolução Industrial, foram realizadas mudanças significativas na forma de organização social e do trabalho, para maior expansão do comércio. Assim, apresentaram-se teses que o homem e a mulher eram seres criados da mesma forma. É nesse momento que o feminismo conquista a característica de uma prática ação política organizadas que reivindica os direitos das mulheres perante os obstáculos. Esse movimento possui discurso próprio, que visa a luta da mulher em prol da equidade de gênero.

O machismo é um sistema de representação simbólica que age naturalmente em face das situações ou explorações e dominação. Essa caracterização oferece modelos de identidade tanto para o sexo masculino quanto feminino. Esse sistema apresenta a ideologia na qual o homem lidera as relações de gênero, com isso é sonogado aspectos cruciais para a relação harmoniosa entre homens e mulheres (DRUMONT, 1980).

Rafaela Leão Barreto Viana (2013) disserta que:

No decorrer dos séculos, grandes avanços foram alcançados no que se refere ao reconhecimento dos direitos da mulher. As mulheres conseguiram certa emancipação e liberdade que permitiram a elas o que antes era impensável, começando pelo seu direito a voto, seu espaço no mercado de trabalho e nas universidades, sua capacidade civil e política, até sua liberdade de dispor sobre o próprio corpo (VIANA, 2013, s/p.).

Apesar de muitas conquistas, ainda se observa um padrão de opressão que coloca o homem como sujeito único, central e com poder diante da mulher. Tal fato demonstra que mesmo assim estamos inseridos em uma sociedade machista e sexista, na qual a violência de gênero vai além da forma explícita, mas também violência física. O machismo está presente nas diferentes instituições e as vezes está agindo de forma silenciosa, sem que se perceba.

3 EMPODERAMENTO: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ao longo dos anos, a mulher conseguiu ultrapassar diversas barreiras impostas pelas questões de gênero e conquistou, desse modo, distintos avanços e empoderamento. Empoderar é um neologismo empregado por Paulo Freire, sendo um termo inglês *empowerment*, traduzido como fortalecimento (FREITAS, 2016).

Os dicionários Aurélio e Houaiss apresentam esse termo como uma forma de conscientizar, um mecanismo de tomada de decisões, que propõe mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas. O empoderamento é uma construção histórica que traz uma bagagem de acontecimentos que marcaram a sociedade. Foi através da luta e protestos que a mulher

ascendeu na sociedade em buscar por suas ideias mesmo sendo visto como um pequeno grupo frágil (VALADARES e GARCIA, 2020).

Em 1879, no Brasil, as mulheres passaram a ter o direito de ingressar nas Universidades, a partir do Decreto-Lei nº 7.247, porém elas necessitavam da autorização dos pais e/ou maridos para efetuar a matrícula no Ensino Superior.

Infelizmente as legislações ainda não são suficientes para alteração da cultura da desvalorização e submissão da mulher. As políticas públicas necessitam de incentivos e intervenções para melhoria do contexto social do machismo. Em 1985, em São Paulo, foi construída a primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, que tinha como foco combater a violência de gênero (VALADARES e GARCIA, 2020).

Diante de várias alterações e elaborações legislativas, ainda é visível a submissão da mulher ao homem. Com a Lei nº 7.855, 24 de outubro de 1989, foi revogada a Lei Trabalhista que apresenta sobre a rescisão do contrato do trabalho da mulher, tendo como justificativa o não consentimento pelos pais ou do homem vinculado à família. Sendo exposta como desigualdade, conforme o artigo 446:

Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto as condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor (BRASIL, 1989).

Um marco histórico na luta das mulheres também foi a Lei nº 11.340/2006, titulada como Lei Maria da Penha, sancionada pelo Ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava com a criação desta, a equidade de gênero e a proteção das mulheres diante a práticas abusivas, buscando conter qualquer tipo de violência e índices de feminicídios. Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de agressões do esposo, que depois de algumas tentativas de assassinato, deixou-a paraplégica após atirar na coluna vertebral, mesmo assim ele não parou, e apesar de ela estar paraplégica, ainda sofreu tentativas de eletrocussão, além dos traumas psicológicos (VALADARES e GARCIA, 2020).

Apesar da evolução e conquistas no quesito legislativo, ainda é visível a necessidade da desconstrução de gênero e a mudança de pensamentos para que haja uma mudança significativa na sociedade, é fundamental que haja equilíbrio social, que sejamos livres e iguais diante de direitos e obrigações.

4 A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER E A NATURALIZAÇÃO DO MACHISMO

Ao longo dos séculos ocorreram avanços significativos em relação aos direitos das mulheres, porém, apesar dessas diversas conquistas, ainda hoje, século XXI, vivenciamos um padrão de opressão que posiciona o homem como sujeito central perante o poder. O preconceito contra mulher atinge todas, algumas de forma mais leve e outras intensas, que deixa visível a existência do padrão de controle e dominação patriarcal nas estruturas sociais, políticas e econômicas de distintos contextos (VIANA, 2013).

A participação das mulheres na Revolução Francesa teve como base a emancipação feminina do Antigo Regime, o que impulsionou as ideias filosóficas do Iluminismo. Na Inglaterra e Alemanha, as mulheres passaram a repudiar tanto a submissão ao casamento quanto a prisão da maternidade, lutando pelo cultivo do intelecto. Desde o “Contrato Social” de Rousseau, a mulher teve total liberdade de ser livre para escolher seu cônjuge baseado no afeto e amor. Montesquieu advertiu que “a natureza não submete a mulher aos homens”, apontando que as atitudes e ações masculinas eram ditadoras diante das mulheres (KEHL, 2008).

Voltaire (1749, *apud* KEHL, 2008 p. 52) em sua obra “Nanine” traz a personagem principal, discorrendo que: “Minha mãe julgou-me capaz de pensar por mim mesma e escolher por mim mesma um esposo”. Em outras obras, o escritor critica falta de autonomia das mulheres na sociedade e como esse público era visto como seres destinados apenas para tarefas familiares. Assim, de acordo com KEHL (2008),

Não tenho com isso a pretensão de afirmar que a modernidade foi o primeiro e único período na história da humanidade em que a relação entre as mulheres e a feminilidade se desestabilizou. Ao contrário, penso que estas estruturas vêm sendo constantemente construídas e abaladas, reconstruídas e novamente desestabilizadas ao longo da história (KEHL, 2008, p. 58).

Pierre Bourdieu (1999) em “A dominação masculina” esclarece que a reprodução e a persistência das relações de dominação dos gêneros surgem a partir de ideais do modo de ser. A subjetividade do gênero é expressa através de posturas femininas e masculinas reforçadas pela realidade social com embasamento na divisão de gênero (experiência histórica).

Bourdieu (1999, p. 23) disserta que gênero é um conceito com base na estrutura da dominação, ou seja, é um par de opostos que fazem parte da relação de gênero e que é vista como uma relação de poder, cujo “princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”. O autor supracitado salienta ainda que as diferenças presentes no sexo e gênero são um conjunto de oposições, com significados antropológicos e cosmológicos.

A diferença biológica entre os sexos é a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, desse modo, deve ser vista como natural da diferença construída entre os gêneros e,

principalmente, em relação a divisão social do trabalho. Levando em consideração que é a visão social que constrói a diferença anatômica e isso se torna fundamento natural diante da visão social, tornando um círculo vicioso que encerra o pensamento com base nas relações dominantes prescritas ao mesmo instante na objetividade, através de divisões objetivas e formas de esquemas cognitivos que são organizados com base em divisões (BOURDIEU, 1999, p. 20)

A ordem natural é autocrática: “as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 1999, p. 24), o que legitima a relação de dominação da natureza biológica, sendo considerado uma construção natural.

Para o autor, o processo histórico de divisão androcêntrica tem início na família através da educação individual, cuja influência se torna cada vez mais limitada, a partir do ponto de vista social, já que o contato com a família é mais curto, pois as crianças estão ingressando mais cedo no âmbito educacional, em muitos casos, passando mais tempo em creches e escolas do que em casa. Segundo Bourdieu (1999),

[...] se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas [...] (BOURDIEU, 1999, p. 138).

Para compreender, portanto, a ordem de sexo e gênero historicamente naturalizada, é essencial situar-se criticamente, identificando-se como produtor/a e reproduzidor/a, com isso, Bourdieu (1999) delineia suas dificuldades objetivas e subjetivas:

[...] a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes [...]. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos [...]) (BOURDIEU, 1999, p. 54-55).

Ainda, o referido autor evidencia que a violência e a dominação de gênero permanecem, pois se tornam um hábito masculino e feminino que é reproduzido pelas estruturas de

dominação e reproduzidos inconscientemente. A tradição cultural e educacional androcêntrica despreza o corpo e as emoções dos indivíduos, por isso se torna fundamental a formação de um modelo de aprendizagem holístico que vise a formação docente.

Diante dos aspectos que Bourdieu (1999) apresenta, percebe-se o grande desafio presente nas questões de gênero e na importância de transformar, flexibilizar e erradicar os hábitos hierárquicos de gênero, porém, para que isso ocorra, é necessária uma concepção que integre o pensar, agir e sentir no processo de ensino. A filosofia feminista é pouco conhecida no âmbito escolar, mas pode trazer métodos que contribuam para o avanço da teoria e para uma prática educacional emancipadora.

O papel da mulher na sociedade e a opressão num mundo dominado pelo homem.

É, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes; talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, 1970, p. 8-9).

O homem é um ser visto como positivo ou neutro, a ponto de utilizarmos “os homens” para titular os seres humanos. A mulher, por sua vez, é imputada como limitação, sem reciprocidade. Vivenciamos uma sociedade extremamente machista e que usa expressões como: “você pensa assim porque é uma mulher”, sendo que formas de pensar e agir não definem sexo biológico.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o essencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Com a direção biológica há várias construções relacionadas e questionadas pela autora, termos como: fêmea levado como algo inferior; também, é retratado como o sexo feminino era visto como frágil, diante disso cita que “A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *MITSEIN*¹ original que sua oposição se formou e ela não destruiu” (BEAUVOIR, 1970, p. 13-14). Diante destas questões, ainda aborda como foram construídas suas ideias e como teve continuação através muitos autores.

¹ *MITSEIN* é um constituinte, um modo de ser, do homem. Já existe previamente em sua constituição, dispensando elaborações posteriores.

A humanidade é uma construção histórica e a mulher tem principal influência nesse processo. Durante a Segunda Guerra Mundial foram realizadas diversas propagandas utilizando a imagem da mulher ocupando os postos de trabalhos que eram dos homens, porém, com o término da guerra, a ideia de fragilidade e vulnerabilidade retornou, pois a mulher não teria “capacidade” de ter uma condição digna ou posição na sociedade como os homens.

Também na obra, a autora supracitada aborda relatos e narrativas que expõe como as mulheres desempenharam os mesmos papéis que os homens, com isso, ela observa que a história das mulheres foi contada pelos homens até mesmo na escrita, afirmando que:

Toda a história das mulheres foi feita pelos homens [...]. O próprio feminismo nunca foi um movimento autônomo: foi, em parte, um instrumento nas mãos dos políticos e, em parte, um epifenômeno refletindo um drama social mais profundo (BEAUVOIR, 1970, p. 151).

Para finalizar, Beauvoir (1970) alega que as mulheres necessitam assumir a autonomia e buscar novas condições para a existência feminina.

5 GÊNERO E O ESPAÇO ESCOLAR: A DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SEXISTAS

O dicionário Aurélio (2010) traz que gênero é: “grupo de seres que se assemelham por seus caracteres essenciais; reunião de corpos orgânicos que constituem espécie; raça; família; sorte; qualidade; casta; modo; maneira; objeto; coisa”, entre outras distintas definições.

Já, segundo Scott (1995),

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas as feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistências desigualdade entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1995, p. 85).

O gênero está presente o tempo todo em nossas vidas. Quando nascemos e começamos a ter contato com a sociedade já somos ensinados, por exemplo, em qual fila ou em qual banheiro devemos entrar. Quando uma pessoa ensina uma criança do sexo feminino a sentar com as pernas fechadas ou não falar muito alto e como ela deve se comportar sendo uma menina, o indivíduo no subconsciente está ensinando questões de gêneros. Por sua vez, quando se fala para uma criança de gênero masculino que não se pode chorar ou deve revidar se alguém o agredir, o processo é o mesmo, mas está sendo ensinado a portar-se como um menino, tal qual os moldes da construção social da antiguidade que ainda permeia os dias atuais.

Quando falamos de gênero devemos levar em consideração que alguns estudos revelam que a produção do que se entende por masculino e feminino é uma construção histórica e social. Então, é necessário compreender que por ser uma construção social podemos desconstruir, analisando nossas relações e refletindo sobre nossas práticas.

Não há um momento adequado para essas mudanças, mas se pode começar com adaptações desde cedo como, por exemplo, o contato com brinquedos, pois desde pequenas as meninas ganham determinados brinquedos considerados ideias para elas e os meninos ganham os destinados unicamente para eles.

- Pai...
- Hummmmm?
- Como é o feminino de sexo?
- O quê?
- O feminino de sexo.
- Não tem. – Sexo não tem feminino?
- Não. – Só tem sexo masculino?
- É. Quer dizer, não... (VERÍSSIMO, 2017.).

Para Moreno (1999) um bebê aprende junto com as primeiras palavras a existência de um pai e uma mãe. Em seguida, aprende que existem meninos e meninas, antes mesmo que este bebê possa compreender que a palavra pessoa titula - meninos, meninas, pai e mãe - essa dicotomia já o terá diferenciado. Há várias formas de distinguir as pessoas, por isso, a imagem de homem e de mulher que é transmitida por meio dos conteúdos de ensino, contribui para formação do ser social e padrões de comportamento, ou seja, com um modelo atribuído pela sociedade em relação ao gênero.

As meninas desde cedo convivem com sua identidade sexo linguística, porém, ao longo dos anos são obrigadas a renunciá-la. Quando um indivíduo se refere a um grupo, no qual há ambos os sexos, na maioria das vezes, o grupo é referenciado na forma masculina e raramente na forma feminina ou ambas as formas. Com isso, Louro (1997) afirma que:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que a professora disser que ‘os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio’, ela deve se sentir incluída (LOURO, 1997, p. 70).

A discriminação sexista vai além da linguagem oral, é um meio que se reforça a partir do modelo linguístico androcêntrico. Para Moreno (1999, p. 39) “Os livros de linguagem das primeiras séries do Ensino Fundamental parecem um tratado de androcentrismo para estudantes indefesos”. Em diversos casos são expostos frases e textos que diferenciam os papéis de gênero,

nos quais as meninas, por exemplo, são interligadas ao espaço doméstico até mesmo desenhos ilustrativos, enquanto os meninos, normalmente, estão associados aos espaços públicos, ao ler, estudar, entre outros.

Os livros de História do Ensino Fundamental e Médio apresentam histórias de guerras, heróis e todos os mitos machistas que valorizam o heroísmo, a virilidade e a força masculina, isso acaba transmitindo a ideia de que a força determina quem ganha, isso é objetivo mais valioso a ser conquistado (MORENO, 1999). Ainda, a escritora aborda que a história ensinada é totalmente masculinizada, sem a presença de mulheres, isso é como se elas não tivessem histórias de lutas, pois não são apresentadas nos livros didáticos.

O espaço escolar é onde que o ser humano tem o primeiro contato, as primeiras relações e ideias de sociedade, com isso, deve-se propiciar a socialização com pessoas que vêm de outras famílias e, portanto, com diferentes valores, a fim de que aprendam a conviver em uma relação de igualdade.

Diante disso, Soveral e Carbonari (2011) defende a notoriedade necessária e emergencial do desenvolvimento da prática pedagógica na perspectiva da Educação em Direitos Humanos desde as séries iniciais, com isso, os alunos terão ciência de seus direitos e deveres enquanto parte integrante da sociedade. Há a ideia de que a mulher se constitui como um ser inferior em relação ao sexo masculino, mediante aos fatos biológicos determinantes, juntamente das teorias de cunho social utilizadas para justificar as opressões ao sexo feminino, mantendo, assim, vivo o sistema patriarcal que ainda se faz presente no dia a dia, promovendo a desigualdade de gênero e contribuindo com os vários casos de violência contra a mulher. Isso se reflete nos papéis sociais e posições que as mulheres ocupam na sociedade, principalmente no mercado de trabalho. A visão sexista ainda é tida com naturalidade.

A escola muitas vezes acaba transmitindo, mesmo que de maneira sutil, pensamentos e atitudes sexistas presentes na sociedade, por meio da transmissão formal de conteúdos curriculares e materiais didáticos sujeitos a uma perspectiva androcêntrica que fortalece uma ideologia de gênero. Diante disso, a escola acaba moldando e disciplinando os discentes com os padrões impostos pela sociedade.

Moreno (1999) pontua que o sexismo está presente no âmbito escolar mediante linguagens apresentadas nos livros, currículos, discursos tanto dos docentes quanto dos alunos, diferenciação de papéis de menino e menina em atividades esportivas, nas definições de gênero, que de maneira singular acabam reforçando as diferenças e desfavorecendo a igualdade de gênero. Desde os primeiros anos, meninas e meninos são inseridos em construções sociais de

seu meio e que acabam influenciando seus gestos, atitudes, valores e, principalmente, opiniões em relação ao seu sexo.

As meninas normalmente são educadas para as funções domésticas, estimuladas a serem delicadas, amorosas e frágeis, enquanto os meninos são estimulados a serem corajosos, aventureiros, conquistarem a autonomia e a liberdade. Meninos e meninas são instrumentalizados e se socializam a partir de brinquedos, bem como brincadeiras que acabam auxiliando na construção da visão de mundo, porém, em diversas ocasiões, o momento da brincadeira acaba sendo manipulado por construções sociais, deixando de lado a importância da estimulação, criatividade e liberdade para o desenvolvimento social, intelectual e cognitivo da criança (MORENO, 1999).

Vale ressaltar, o formato de brinquedos disponibilizados às meninas e aos meninos, pois às primeiras são oferecidas bonecas e panelas como treinamento para ser uma futura dona de casa, cuidar dos filhos e demonstrar fragilidade. Já, aos segundos, oferecem-lhes brinquedos que reforcem sua liberdade, agressividade, autonomia e independência. Diante dos fatos, professores e professoras acabam ignorando características femininas e optam por seguir um modelo aceitável pela sociedade.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017) em seu livro “Para Educar crianças Feministas – Um manifesto”, aborda quinze sugestões de como educar uma criança para ter a mente aberta, com opiniões formadas, com bases informadas e respeito acima de tudo. Inicialmente, é exposto que nós, seres humanos, devemos ter consciência do nosso valor e do quão importante somos. A autora apresenta relatos de pessoas que passaram por sua vida com o intuito de explicar com mais especificidade as sugestões.

Durante as sugestões, Adichie (2017) apresenta ideias de valorização; somos seres completos, porém temos nossos momentos de falhas e devemos nos permitir isso sem dor, sem peso na consciência, a fim de que consigamos conquistar o equilíbrio e a paz. Desde a Idade Média surge a ideia de que a mulher deve ter responsabilidades diferenciadas do homem, por exemplo, dar conta de todo trabalho doméstico e criar os filhos, sendo que esse trabalho designado ao sexo feminino não deveria ter gênero. “Pai é verbo tanto quanto mãe” (ADICHIE, 2017), a igualdade deve ser clara, sem ressentimento.

É de extrema importância ensinar os papéis de gênero, nunca colocar em pauta durante uma conversa que uma situação, vestimenta, gosto ou até mesmo personalidade faz com que se deixe de ser menos mulher. O feminismo não tem ligação com a feminilidade, feminismo está ali em prol da equidade de gênero.

Se ela gostar de maquiagem deixa-a se maquiar. Se ela gostar de roupas da moda, deixe-a usar. Mas, se não gostar, deixe também. Não pense que criá-la como feminista significa obrigá-la a rejeitar a feminilidade. Feminismo e feminilidade não são mutuamente excludentes (ADICHIE, 2017, p 21.).

É difícil compreender como esse movimento é fundamental para formação dos indivíduos, já que desde muito cedo as famílias ensinam que existem “dois mundos”, o feminino e o masculino, em que as mulheres deram seguir determinadas regras como: realizar o serviço doméstico; usar roupas rosas; sonhar em crescer e casar com um “príncipe encantado”. Os estereótipos de gênero são impostos de forma tão profunda que acaba incutindo e fazendo com que deixe de lado o que deseja. “[...] as mulheres [...] só precisam ser tratadas como seres humanos iguais” (ADICHIE, 2017, p 16.).

A sociedade condiciona as meninas a desejarem o matrimônio, porém, não fazem o mesmo com os meninos, com isso acaba gerando desequilíbrio, já que meninas crescem com a mentalidade de que a mulher necessita ter o matrimônio perfeito para ser feliz e o menino não é ensinado dessa forma, com isso, a relação acaba se tornando desigual, pois ambos os sexos foram ensinados de forma distintas, para um foi imposto a importância e para o outro que era apenas uma relação. Já parou para pensar por que o sobrenome da mulher muda após se casar e do homem não? “Um homem é sr., seja solteiro ou casado, uma mulher é sra., seja solteira ou casada” (ADICHIE, 2017, p. 18.).

As famílias devem ensinar desde cedo a mulher que não deve se preocupar em agradar as pessoas, o importante é ser ela mesma, consciente da igualdade humana, não se deve submeter a situações em que a coloque como um objeto, o qual as pessoas gostam ou desgostam. É instruir para que tenha futuramente senso de identidade, entendendo a importância da dignidade, pois as crianças copiam e aprendem.

Vários pensamentos relacionados com uma educação de caráter sexista estão impregnados no subconsciente dos seres humanos, isso ocasiona em práticas e hábitos que precisam de esforços para desconstruir esses pensamentos padronizados, que vêm sendo apresentados desde o princípio das interações humanas. Essa educação ocorre devido às práticas sexistas arraigadas em nossa sociedade, que em diversas ocasiões são naturalizadas, legitimadas de forma imperceptível, a sociedade reforça os estereótipos e acaba distanciando meninas e meninos, assim todos os setores da sociedade possuem uma certa parcela de responsabilidade.

A criança é um ser histórico e social, em que o desenvolvimento depende do contexto que está inserido, e a escola é um ambiente de formação que auxilia no aspecto de construção do sujeito, tornando-se o primeiro lugar em que a criança se encontra diante das diferenças,

nesse ambiente meninas e meninos dividem espaços de forma igualitária e superam/entram em conflitos.

Diante disso, torna-se indispensável trabalhar as diferenças de gênero impostas pela sociedade. Louro (1997, p. 58) discorre que: “o prédio escolar informa a todos (as) a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos”. Essa fala concebe que a escola é um espaço que coopera na construção de gênero e das diferenças presentes em cada um.

O (a) docente convive diariamente com as relações de gêneros, no entanto, em diversas ocasiões acaba construindo influências indiretamente em referência ao gênero. Por possuir um papel importante no processo de construção de conhecimento, é necessário dirigir o processo de reflexão, deixando que o aluno tenha autonomia para acatar seus valores, posições e assim ampliar seu conhecimento. O profissional deve ser neutro, não transmitir, nem impor seus valores, crenças e opiniões como verdades únicas e absolutas. Nunes e Silva (2000, p. 106) salientam que o docente necessita “[...] fazer a crítica dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas”.

A criança quando chega à escola já possui uma bagagem de conhecimento e cultura herdada pelo âmbito familiar, diante disso, o docente deverá evitar o uso de estereótipos em sala de aula, tais quais que definem meninas como sensíveis, vaidosas, frágeis, comportadas e, em contraposição, evitar de habituar que meninos são agressivos, esportivos e autoritários, adjetivos que a sociedade ainda impõem no século XXI.

Esse processo é imposto em diversas ocasiões no ambiente familiar, porém Nunes e Silva (2000) abordam que nem sempre o sexismo existiu, no século XVII, meninas e meninos brincavam com as mesmas brincadeiras e os mesmos brinquedos, sem imposições rígidas de papéis de gênero. No entanto, ao longo do processo histórico foram enraizados estereótipos que afetaram a infância.

A escola enquanto um espaço de socialização, tem como missão desconstruir as questões de gênero, iniciando pela ideia de que o homem é superior a mulher. A forma como o ambiente se impõe perante as relações de gênero, normalmente é com base na criação binária, acarretando opressão da identidade dos indivíduos. Quando o docente é contrariado, acaba se desnortando sem saber normalmente como lidar com as situações impostas pelas questões de gênero.

Diante dos expostos, percebemos que a escola é marcada por relações de gênero, com isso, professoras e professores devem rever as suas práticas pedagógicas em relação a forma de tratamento, já que nossa vida é marcada de processos históricos e culturais que fundamentam as relações sociais e refletem dentro do âmbito educacional. Como espaço democrático, é

necessário oportunizar distintas formas de subjetividade para que não ocorra reforço ou até mesmo aumento do preconceito em relação ao gênero.

Nesse sentido, é inegável o quão imprescindível é a formação docente, sobretudo em teoria do discurso, entre outras, dado a sutileza das simbologias postas como ingênuas e que, de nada disso há em discursos sempre intencionados a legitimar e manter práticas que não contribuem o desenvolvimento de pessoas. Assim, quando o discente chega no âmbito educacional já possui com uma construção de elementos externos, com uma visão de mundo estipulado por sua família, normalmente baseados em valores de uma sociedade androcêntrica. Moreno (1999) lembra que:

A liberdade não nos é dada gratuitamente; é preciso aprender a construí-la e, para isso, é necessário dispor de muitas possibilidades e saber escolher entre elas. Se existe somente um modelo, só temos duas possibilidades: aceitá-lo ou recusá-lo; se os modelos aumentam de número, aumentará proporcionalmente nosso grau de liberdade (MORENO, 1999, p. 74).

O autor complementa ainda, que a escola é um espaço social que deve contribuir com a construção dos pensamentos dos alunos, trabalhando de forma clara os papéis atribuídos a cada sexo pela sociedade e, auxiliando que descubram o lado bom e ruim dessa estrutura de estereótipos impostas quantos à relação de gêneros.

Após os (as) alunos (as) terem a possibilidade de analisar essas condutas, conseguirão comparar os modelos atribuídos pela sociedade e que estão presentes no dia a dia, titulando muitas vezes, os indivíduos como certos ou errados. Assim, muitos perceberão e conseguirão internalizar condutas desconstruídas do sexismo, compreendendo que há várias maneiras de ser mulher ou homem (MORENO, 1999).

Uma conduta que pode auxiliar as Instituições Escolares para a desconstrução do sexismo, é procurar propor e disponibilizar livros que não possuam traços sexistas, não adotar textos que colocam a mulher em posição de vulnerabilidade e inferioridade perante os homens. Moreno (1999) chama atenção para o fato de que os livros colocam em pauta uma história que faz com que se compreenda que a escola foi um espaço desenvolvido para os meninos, porém, ao longo dos anos foi reformulada para a inclusão de meninas, mas sem modificações. O autor destaca que coeducar não é colocar meninas e meninos no mesmo espaço, e sim ir além e ensinar que devemos respeitar as diferenças presentes no dia a dia.

Deste modo, percebe-se a extrema importância da reelaboração da educação para que vá além dos portões da escola, uma educação que atinja a sociedade como um todo. Porém, para que isso ocorra é excepcional que se conscientize inicialmente os funcionários da

instituição, abordando discussões e atividades para desconstrução, também propor aulas dinamizadas que envolvam os alunos em diversas atividades, sem impor questões de gênero.

Moreno (1999, p. 80) afirma que “não se pode mudar a sociedade a partir da escola, mas podem-se lançar alternativas, desenhar novas possibilidades, ensinar a abrir caminhos e mostrar que nós, os seres humanos, podemos escolher”. Desse modo, acreditamos que a escola é um espaço de construção que pode alterar a concepção machista presente na sociedade através de ensinamentos diferenciados das gerações anteriores.

6 DISCURSOS SEXISTAS ATRAVÉS DA MÍDIA

A violência contra as mulheres é uma ação que infelizmente acontece desde os primórdios, registros entre relações sociais exteriores ao redor do mundo. Infelizmente, também é resultado de um mundo que na maior parte do tempo foi “ministrado” por homens; atualmente, em muitas regiões a violência doméstica e sexual ainda é algo super naturalizado. Na África Central, onde a porcentagem relacionada à violência contra mulheres é disparada. Conforme alguns dados de 2010, 48 mulheres foram vítimas de estupro a cada uma hora e a maioria dos estupros eram coletivos, ou seja, contavam com um grupo de homens que variavam entre 4 a 8 homens. No Congo, um fato ganhou visibilidade e os olhos do mundo se voltaram para lá. Em meados de 1999, Denis Mukwege, médico ginecologista, decide abrir um hospital para atender e tratar apenas mulheres que foram vítimas de abuso sexual (LUZ, 2015).

Segue relato do doutor que começou uma importante jornada e que ficou marcada tanto para ele quanto para as mulheres que ajudou durante esse processo:

“[...] Fugi para Bukavu, a 100 km de Lema, e comecei a atender (pacientes) em tendas. Construí uma maternidade e uma sala de cirurgia improvisada, mas em 1998 tudo foi destruído. Então, tive de recomeçar a erguer uma nova estrutura para atender meus pacientes em 1999. Foi nesse ano que nossa primeira paciente vítima de estupro foi trazida para o hospital. Depois que a paciente foi violentada, seus agressores atiraram nas suas coxas e órgãos genitais. Pensei que esse ato de barbárie seria algo isolado, uma atrocidade da guerra, mas o verdadeiro choque veio três meses depois [...]” (DR. DENIS MUKWEGE, 2015)

A maioria das causas começaram a acontecer com mais frequência durante a guerra do Congo (1999 – 2003), e o hospital construído pelo doutor Denis, chamado Panzi, passa de um hospital designado a realização de partos, para atendimentos especializado em mulheres e muitas vezes até homens vítimas de estupro. Desde o início até hoje, estima-se que cerca de 85 mil pessoas, vítimas de crimes sexuais, foram atendidas e tratadas. Nos anos seguintes, o

médico supracitado começa a palestrar e chamar à atenção do mundo para algo que sempre precisou de cuidados. Entre suas falas e alguns documentários, ressalta a importância do cuidado das mulheres e de como elas não devem estar em campo de guerras em busca de poder e território, mesmo depois de tantos avanços mundo.

No Brasil, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 14 milhões de mulheres sofrem de ansiedade e 5% possuem depressão. A empresa Sophia Mind realizou uma pesquisa, na qual 21% das mulheres se mostraram insatisfeitas com seu corpo. No *Podcast* “Grita, Mulher!”, no dia 08 de junho de 2020 foi realizada uma conversa intitulada: “Construção da imagem corporal e mídia”, em que a convidada, a Psicóloga Mayara Almeida fala sobre como a mídia influencia nesses índices por meio da publicidade que constrói a imagem da mulher, fazendo com que tanto mulheres quanto homens procurem essa imagem apresentada.

A entrevistadora Beatriz Mesquita Gadelha lembra que a cultura é construída pela mídia que ela é produzida por homens, sendo 90% composta por esse público, destacando ainda que a maioria do que consumimos é produzido e baseado pela visão também masculina. As mulheres devem questionar “quem está produzindo está mídia que estou consumindo?”. A psicóloga chama a atenção que, muitas vezes, somos influenciadas e que isso é considerado uma forma de opressão, uma vez que a mulher, durante a história da construção da sociedade, foi colocada no lugar do outro, devendo ser o que o homem espera, em uma posição de inferioridade que dependesse do indivíduo. Ainda hoje vivemos em uma sociedade patriarcal (CONSTRUÇÃO..., 2020).

No *Podcast* “Ilustríssima Conversa” da Folha de São Paulo, no dia 11 de janeiro de 2020 na conversa intitulada: “Como as mulheres moldaram a história do cinema brasileiro”, em que o repórter Walter Porto conversa com a organizadora do livro “Mulheres atrás das câmeras”, Luiza Lusvarghi, e as cineastas Lúcia Murat, Tata Amaral e Julia Rezende, sobre como a mulher como diretora molda o cinema e a sua luta por reconhecimento e igualdade na Indústria do trabalho.

A entrevistada Luiza Lusvarghi discorre que a maioria do cinema é composto por homens e isso foi comprovado a partir de um estudo realizado pelo grupo ANCINE e GEMAA, que apresentaram em 2016, que 98% das produções e roteiros são dirigidos por homens e isso fez com que tomasse a iniciativa de produzir o livro “Mulheres atrás das câmeras” (COMO..., 2020).

Julia Rezende aborda em sua fala, que cada vez que uma mulher conquista um espaço, a visibilidade na sociedade, acaba incentivando e dando força para que outras mulheres venham a lutar por seu espaço, e em relação ao cinema esse incentivo se torna maior, já que a maioria

dos roteiristas, diretores e cineastas é composto pelo sexo masculino. O mercado do cinema requer, em diversos casos, experiência, porém Julia lembra que não há como ter experiência se não disponibilizarem uma primeira tentativa para demonstrar o saber (COMO..., 2020).

Ainda, rememora Lusvarghi que Teresa Trautman foi a cineasta mais censurada no país, por sua produção “Os homens que eu tive” (1973). Foi um filme que chamou atenção de todos para a época e que muitos realizavam questionamentos, pois retratava o dia a dia de um casal que vivia um relacionamento aberto, como uma mulher de respeito poderia retratar isso? Era o fim dos tempos, segundo muitos “especialistas”. O começo do cinema já havia a presença marcante das mulheres, porém algo desafiador já que por muitos anos o patriarcado tomava conta da sociedade e colocava em pauta questões a serem debatidas e apresentadas (COMO..., 2020).

Adélia Sampaio foi a primeira cineasta negra a ocupar o posto de diretora de um filme lançado comercialmente no Brasil em 1984, após isso, apenas trinta e quatro anos depois foi lançado outro ensaio por uma mulher negra. Na entrevista, expõe Luíza Lusvarghi, apesar de ser branca, relata que se torna mais difícil para esse público, pois além de existir um preconceito de gênero na sociedade, existe também o preconceito racial, o racismo ainda que dificulta atualmente (COMO..., 2020).

Lúcia Murat foi uma das principais cineastas no Brasil na década de 80, com a produção do documentário: “Que bom te ver viva” (1989), que abordava a experiência das mulheres que sofreram agressões no período da Ditadura Militar (1964-1985), inclusive a vivência dela. A entrevistada discorre que a decisão de expor àquela época surgiu diante da experiência de juntar a Psicanálise, abordando sua sobrevivência e de outras mulheres, como uma espécie de círculo vicioso, em que um depoimento complementava o outro. Nesse documentário é apresentado uma dedicatória à Psicanálise, por esclarecer por que de não explicar a sobrevivência, e sim o porquê enlouquecemos. Apesar de, na época do lançamento não haver citado que esse projeto era algo relacionado a acontecimentos de sua vida, não demorou muito tempo para que a mídia expusesse isso. Fato esse que ganhou destaque, por saber como sobreviver à ditadura, por saber se adaptar e trabalhar com o mínimo de dinheiro, para se expressar, a única dificuldade era a liberdade de expressão (COMO..., 2020).

Tata Amaral, outra entrevistada, é uma cineasta paulistana com a primeiro longa-metragem, “Um céu de estrelas” (1996), que marcou o Brasil com vários projetos, atualmente produz a série documental “As protagonistas”, que conta a história do cinema brasileiro através das diretoras brasileiras, explanando a luta e vida da mulher no cinema e como a sociedade age diante disso (COMO..., 2020).

No decorrer da entrevista todas ressaltam a presença do preconceito atualmente, além da necessidade da presença da mulher na mídia, na produção de filmes, materiais, *podcast*, para que se quebre a barreira e se conquiste cada vez mais espaço na sociedade.

Referente ao movimento *MeToo*, que significa “eu também”, surgiu em campanha contra o abuso sexual, criado pela ativista Tarana Burke, que ganhou força em 2017 quando a atriz Alyssa Milano publicou no *twitter* uma solicitação para que as pessoas que já sofreram abuso sexual utilizassem a *hashtag* *#MeToo*, viralizando no mundo inteiro (VOCÊ...,2019). Isso fez com que mulheres e homens contassem suas histórias e lutassem por seus direitos. Com isso as mulheres também ganharam engajamento e empoderamento em ajudar outras mulheres a falarem sobre o assunto, bem como vencerem seus traumas e medos.

“Bom dia, Verônica” é um livro de Llana Casoy e Raphael Montel (2016), adaptado em outubro de 2020 pela *Netflix*, na série é abordado história da Verônica Torres que exerce a função de escrivã em uma Delegacia de Homicídios de São Paulo, após uma moça cometer suicídio em frente a ela, a personagem decide realizar uma investigação e ato resultou em ajuda para outras mulheres que sofram agressões. A série traz de forma clara e objetiva como o machismo, a violência doméstica, abuso sexual e corrupção policial ainda estão presentes no século XXI. Uma das trilhas sonoras da série é a música “Maria da Vila Matilde” de Elza Soares, que traz em seus versos:

Cadê meu celular
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais [...] (SOARES, 2015)

A protagonista da série vive uma verdadeira desconstrução de gênero, luta pela justiça de mulheres que sofrem alguma violência. É uma mulher que se mostra livre apesar de ser casada e ter dois filhos. Uma relação invertida do que é posto pela sociedade, Verônica é focada no trabalho, não vive muito em casa, pouco presente na vida dos filhos, já seu marido, Paulo, é o verdadeiro indivíduo do lar, responsável por quase todo serviço doméstico e totalmente presente na vida dos filhos. Essa desconstrução e “inversão” nos papéis de gênero é extremamente importante para dismantlar o ideal de gênero construído e que coloca a mulher como central nas atividades domésticas. Apesar de muitas vezes a mídia expor a mulher como um objeto, também apresenta histórias que repercutem e acabam gerando discussões, dando força e apoio à mulher denunciar violências.

Vivemos em uma cultura midiática, a qual tem um papel de manutenção das relações vigentes e estabelecidas, porém vai além desse olhar, a mídia possui um papel dialético que reproduz a manutenção das relações sociais, é um espaço de contestações, de produção de conteúdo e transmissão de informações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero é resultado do processo civilatório humano e como tal, tem acento com o marco na propriedade privada e a designação da mulher ao lar. Desde então, a sociedade vem se reproduzindo através de narrativas religiosas, sobretudo a judaico-cristã, biológica, legitimando a ideia de que a mulher nasce com uma genitália e aparelho reprodutor que justifica sua finalidade neste mundo, a de ser mãe, bem como as psicológicas, culturais e entre outras. Estas, no entanto, não promoveram uma promeminência das mulheres, a historiografia demonstrou que, na sua maioria, a mulher esteve fadada aos cuidados da casa e de pessoas.

Nesse sentido, é explícito o processo de luta das mulheres em ocupar espaços, outrora designados apenas aos homens. Também, o Código Civil, antes evidenciava uma lástima de legisladores homens a criarem leis para as mulheres, hoje, no entanto, praticamente ultrapassados, pois temos, sobretudo no Brasil, uma legislação vigorante, o que não quer dizer que não tenhamos mais opressão as mulheres.

A agenda conquistada pelo movimento feminista, iniciado no século XX, conquistou muitos direitos no Estado Democrático de direito, a começar pelo direito de voto, divórcio entre outros. Mas ainda se tem muitas coisas para conquistar. E, assim, não somente a sociedade tem essa obrigação, a de promover uma educação em que homens e mulheres possam estabelecer relações de paridade.

Inegavelmente, as instituições escolares, espaços de ambiência, de diálogo, reflexão através de seus professores, trazem consigo essa finalidade, a de desvelar comportamentos e discursos sexistas, que em nada contribuem para educação de crianças e jovens, ante as gerações que possam usufruir de uma equidade efetiva.

Como vimos, no decurso deste estudo, provocar uma reflexão, a ressonância de narrativas preconceituosas que ainda que com aparência ingênua, carregam consigo, não o desenvolvimento e a potencialidades dos sujeitos, mas ao contrário, oprimem. E, assim, não cabe mais a omissão.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **Para Educar Crianças Feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1991.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Brasília, DF, nov. 2019. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7855.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do inciso 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BOM DIA, Verônica. Direção de Rog de Souza, José Henrique Fonseca e Izabel Jaguaribe. São Paulo: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80221223>. Acesso em: 03 out. 2020.

CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E A MÍDIA. [Locução de]: Beatriz Mesquita Gadelha. Entrevistada: Mayara Almeida. [S.I]: Grita Mulher!!!, 08 jun. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3xfuwP6gUDFhvzI1gkaAhd>. Acesso em: 10 out. 2020.

COMO AS MULHERES MOLDARAM A HISTÓRIA DO CINEMA BRASILEIRO. [Locução de]: Walter Porto. Entrevistadas: Luiza Lusvarghi, Lúcia Murat, Tata Amaral e Julia Rezende. [S.I]: Ilustríssima Conversa Folha de São Paulo, 11 jan. 2020. *Podcast*. Disponível

em: <https://open.spotify.com/episode/1CSWYxNFBhvVNkF8dc8uXK>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

DR. Mukwege: O homem que conserta mulheres. Direção de Thierry Michel. Bélgica: Christine Pireaux, 2015. DVD (113 min.)

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, A. A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez. **Nexo**, out. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

KEHL, M. R. **Deslocamentos Do Feminino I**. 2. ed. Rio De Janeiro: Imago, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo**. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

LUZ, N. Denis Mukwege: documentário conta a história do indicado ao Nobel da Paz que salvou milhares de mulheres. **Por dentro da África**, [S.I.], 8 out. 2015. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/noticias/denis-mukwege-documentario-counta-a-historia-do-indicado-ao-nobel-da-paz-que-salvou-milhares-de-mulheres>. Acesso em: 17 out. 2020.

SOARES. **Maria da Vila Matilde**. São Paulo: Circus, 2015. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/04oZYBMy7UzHp49OAuOlFl?highlight=spotify:track:6eJX0a3icvwMB35lk0YoC4>. Acesso em: 05 out. 2020.

SOVERAL, A.; CARBONARI, P. C. (Org.). **Educação em direitos humanos: sistematização de práticas de educação básica**. Passo Fundo: IFIBE - Instituto Superior de Filosofia Berthier, p 19-33, 2011. Disponível em: https://cdhpf.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/EDH_educacao-nao-formal.pdf. Acesso em: 01 de set. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 01 de set. 2020.

VALADARES, R. da S.; GARCIA, J. A Evolução do Direito da Mulher do Contexto Histórico e os Avanços no Cenário Atual. **Revista Âmbito Jurídico**, [S.I], n. 196, ano XXIII, maio 2020.

Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-evolucao-dos-direitos-da-mulher-do-contexto-historico-e-os-avancos-no-cenario-atual/>. Acesso em: 27 set. 2020.

VERISSIMO, L. F. **Sexa**. 2017. Disponível em: http://www.seguinte.inf.br/noticias/3--neuronio/3730_Sexa-%7C-Luis-Fernando-Verissimo. Acesso em: 15 ago. 2020.

VIANA, R. L. B. Reflexão sobre a naturalização do machismo. **Núcleo de Direitos Humanos** – UNISINOS, [S.I], 9 set. 2013. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/ndh/2013/09/09/reflexao-sobre-a-naturalizacao-do-machismo/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VOCÊ SABE O QUE É O MOVIMENTO #METOO? [S.I]: Veja Explica, dez. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5mXEwfCk1T9dyqqBNNjMnK>. Acesso em: 15 ago. 2020.